

Com Brasil

Operação impossível

José Nêumanne Pinto

Um parlamentar, muito ligado ao Palácio do Planalto, constata que o presidente José Sarney está perplexo porque gosta da política adotada pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, acha que ela é adequada, mas não consegue entender por que a inflação não cede e continua a crescer. O déficit público está sob controle, a atividade industrial é satisfatória, registra-se a maior safra agrícola da história do Brasil, o nível de emprego não cai, mas a crise ronda assustadoramente os lares brasileiros pelas asas dos índices inflacionários. Este é o raciocínio que, segundo o parlamentar de sua intimidade, leva o presidente da República à perplexidade atual.

Há, contudo, um dado importante que o presidente não está levando em conta. O próprio parlamentar confidencia acreditar na possibilidade de a inflação atual ser apenas o resultado do processo de aceleração da anterior ao tratamento pela política do feijão-com-arroz de Maílson da Nóbrega. Esta explicação, evidentemente, não basta nem satisfaz. O problema, não percebido ainda pelo presidente e por seu amigo constituinte, reside na deformação congênita do aparelho estatal brasileiro, um edema que cresce sem parar e sobre o qual até hoje nenhum governo teve a coragem de pôr uma lanceta, seja para extrair adiposidades, seja para tirar dele o pus nocivo, seja mesmo para sangrá-lo, como faziam os médicos medievais.

Informantes confiáveis dão conta do esforço do Planalto em procurar um substituto capaz de fazer o milagre que o funcionário de carreira do Banco do Brasil não consegue operar. Os ilustres economistas Mário Henrique Simonsen, Affonso Celso Pastore e Carlos Antônio Roca já foram muitas vezes levados a dizer "não" a diferentes emissários oficiais, encarregados de convencê-los a descascar o abacaxi. Profissionais experientes, esses professores sabem que pouco resta a fazer além do que Maílson propõe. Conhecem as leis da economia o suficiente para guardarem a certeza de que também o embaixador Marcílio Marques Moreira, o nome que Sarney abriga in pectore, não operará o milagre esperado.

Os manuais da sabedoria popular já imprimiram diversas vezes a certeza de que o bolso é o órgão mais sensível do homem e que a corrosão do valor de compra de sua moeda desperta instintos de defesa incontornáveis no ser humano. A inflação pode ser gerada pelo excesso de demanda, pela voracidade com que o governo recorre ao endividamento para financiar o desperdício ou pela inundação de moeda impressa no mercado. Tudo isso, até um certo grau, é certo. Mas é verdade também que a inflação produz insegurança em doses cavalares e tal insegurança cria o ambiente propício para a falta de credibilidade, clima natural para o desenvolvimento vertiginoso e a reprodução do próprio processo inflacionário.

A inflação brasileira tem todos aqueles motivos para ter nascido e muitos mais para se desenvolver como se vem desenvolvendo. Se não faltou, no momento adequado, déficit público para gerála, sobra agora descrédito para que cresça e se multiplique. Simonsen, Pastore e Roca já leram o suficiente para saber que o problema não está em Maílson, na política do feijão-com-arroz ou nas manobras que o ministro da Fazenda é obrigado a fazer para tentar domar o dragão inflacionário. O problema está mais em cima, na desordem econômica provocada por uma decisão política suicida de produzir pouco e consumir muito mais do que é possível produzir.

Um ilustre economista da oposição calcula que o Brasil tem hoje um funcionário público para cada cinco trabalhadores, um índice absurdo, segundo ele, pelos padrões internacionais. Ja-

mais será possível Maílson, Simonsen, Pastore, Roca ou Marcílio dar boas notícias ao presidente da República em termos de controle de inflação se não houver, como não houve e muito dificilmente haverá, uma política destinada a segurar o crescimento desenfreado do enorme cabide de empregos estatal, tronco fundamental do populismo corporativista que comanda a política de finanças públicas no Brasil desde tempos imemoriais, mas hoje com os consideráveis reforços adquiridos sob a égide de Getúlio, dos militares de 64 e da Nova República.

Um país, por mais próspero que seja, não pode se dar ao luxo de sustentar 20 mil funcionários no Congresso, como acontece no Brasil. Uma sociedade que paga 50 dólares de salário mínimo mensal não pode arcar com as despesas de um Estado que remunera seus privilegiados com salários superiores a 4 mil dólares. Não se trata de abolir os desníveis salariais, mas apenas de adotar uma lógica pela qual o trabalho não seja somente uma pena para um bando de cativos forçados a sustentar o ócio milionário de alguns privilegiados. Quando a população premia um político como o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, com os louros da popularidade, não o faz por outro motivo senão o de reconhecer implicitamente o absurdo dessa situação suígeneris.

Então, como é possível ver em dados comezinhos da realidade nacional, não se trata de salgar ou temperar mais a política do feijão-com-arroz de Maílson da Nóbrega. Simonsen, Pastore, Roca e Marcílio serão apenas vítimas futuras do Levantamento estatal insaciável, como já o foram outros ministros e como poderá vir a ser o ex-gerente do Banco do Brasil em Cajazeiras, no sertão da Paraíba, pois a questão é mais profunda e exige uma decisão política que não pode ser tomada a nível de ministro ou mesmo de presidente da República. A decisão de congelar vencimentos do funcionalismo ou de demitir funcionários depende de uma vontade política nacional que supere as meras táticas ou estratégias de uma administração pública federal. E a solução da questão inflacionária sem controle no Brasil passa certamente por uma decisão heróica desse tipo.

Justiça seja feita, o governo federal não é o único responsável pela situação. É preciso deixar clara a responsabilidade do Parlamento nesse processo. É até possível argumentar que a grande responsabilidade do Poder Executivo, hoje, se resume à sua luta pela manutenção do presidencialismo como regime de governo, pois é muito provável que uma decisão política do gênero só possa ser tomada depois que o Parlamento deixar de ter a vida airosa que leva hoje, assumindo funções e responsabilidades de governo.

Enquanto o Poder Executivo for o senhor todo-poderoso da iniciativa política e escravo do ônus da opção, e ao Parlamento se reservar apenas o papel de crítico privilegiado de tais iniciativas, dificilmente qualquer política econômica, viável ao desenvolvimento ou ao controle da inflação, terá resultados satisfatórios, seja ela pilotada por um ilustre acadêmico da USP ou da FGV seja capitaneada por um modesto funcionário pescado nos escalões inferiores da administração pública, como é o caso de Maílson da Nóbrega, que, por sinal, tem mostrado competência e, sobretudo, sensatez, para tomar conta da loja. O que lhe tem faltado ninguém terá: poder para extrair o edema canceroso da pesada, lenta e onerosa máquina administrativa federal. Afinal, exige-se de Maílson uma operação impossível: remover um tumor de dimensões enormes com uma pinça apropriada para tratar acne.

José Nêumanne Pinto é editor de Política de O Estado de S. Paulo